



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Requerimento
(Dep. Cap. Alberto Neto)

Requeiro à realização de Audiência Pública para debater abertura comercial e seus impactos positivos e negativos na economia do país.

Requeiro nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados à realização de Audiência Pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, para debater abertura comercial e seus impactos positivos e negativos na economia do país.

Justificativa

Em um mercado globalizado a abertura comercial e o comércio internacional são benéficos quando há condições isonômicas de competitividade dos produtos nacionais frente aos importados. No pensamento econômico liberal o livre comércio entre as nações é premissa básica por entender que isso fomenta a competitividade e disponibiliza ao consumidor final produtos com preços mais acessíveis.

O dinamismo do mercado e produção fabril é intenso e se adequar aos novos momentos é fundamental para a manutenção de uma economia forte ou até mesmo a recuperação quando ela está em crise. Diante disso, ideias que há 10 ou 20 anos obtiveram êxito quando implementadas, talvez atualmente, com um novo cenário, elas não surtam os mesmos efeitos positivos de antes e talvez causem prejuízos àquilo que vem dando certo ou piore o que não está bem.

A abertura comercial de produtos industrializados no país, propicia a entrada no mercado interno de bens mais baratos, criando, em um primeiro momento, um ambiente de consumo, mas que em curto prazo pode trazer problemas de geração de emprego na indústria nacional, que não podem ser ignorados pelo poder público.

Estados Unidos, Europa, alguns países latino-americanos visando proteger sua indústria nacional vem aumento os impostos para o acesso dos produtos importados. Com

isso, empresas que estavam localizadas no sudeste asiático e na China estão abrindo e reabrindo unidades fabris nesses locais em busca de maior competitividade. Dessa forma, essas nações retomam a geração de emprego, melhoram as suas economias, arrecadam mais impostos e fortalecem as suas balanças comerciais diminuindo as importações.

De forma contrária ao que algumas nações estão agindo, o Brasil pretende abrir seu imenso mercado consumidor aos produtos importados com a justificativa da busca da competitividade e melhoria da produtividade da indústria brasileira. Ocorre que quem conhece o segmento industrial nacional sabe que essa abertura pode vir a causar desemprego imediato e afugentando do Brasil os investimentos realizados e desestimulando a vinda de outros novos. A China, por exemplo, hoje tem mercados fechados aos seus produtos e o Brasil ao abrir ainda mais seu ambiente doméstico terá uma enxurrada de produtos importados chineses desestimulando a fabricação nacional.

Diante desse cenário e sabedor que o tema abertura comercial impactará todos os Estados que possuem fábricas instaladas em suas regiões, se faz necessária a discussão deste tema no âmbito do Congresso Nacional, para que seja esclarecido: **se de fato o Poder Executivo pretende fazer com a abertura comercial; se isso ocorrer, qual o planejamento e metodologia a ser adotada; quais os impactos positivos e negativos para a economia do país e especificamente dos Estados afetados; quais as providências que o governo federal pretende tomar para que o ambiente interno seja realmente mais competitivo no âmbito da indústria nacional (menor burocracia, mais celeridade dos órgãos públicos, melhoria da infraestrutura de transporte, fomento às exportações).**

Para tanto, faz-se necessária a Audiência Pública supracitada para debater a abertura comercial e seus impactos positivos e negativos na economia do país, com os seguintes convidados:

Ministro Paulo Guedes- Ministério da Economia;

Secretario Marcos Troyjo - Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais;

Senhor Carlos da Costa - Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade;

Senhor Carlos Pio - Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior;

Senhor Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvin - Secretaria de Empreendedorismo e Inovação;

Senhor Alfredo Menezes - Superintendencia da Zona Franca de Manaus;

Senhor Paulo Roberto Correa da Silva - Superintendencia do Desenvolvimento da AM;

Senhor Humberto Barbato Neto - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica;

Senhor Joao Carlos Marchesan - Associação Brasileira da Indústria de Maquinas e Equipamentos.

Desta forma, solicito o apoio dos demais membros desta Casa e, em especial da Região Amazônica no sentido da aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 18 de Junho de 2019.

Capitão Alberto Neto
Deputado Federal
PRB/AM